

A ECONOMIA BRASILEIRA E O VOO DA GALINHA

Gilmar Mendes Lourenço

A expansão de 1,5% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, no segundo trimestre de 2013, em comparação com os três meses imediatamente antecedentes, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fins de julho, sustentada na pujante recuperação da agropecuária e na reação dos patamares de investimentos, surpreendeu os meios especializados ao suplantá-lo, com apreciável margem, as previsões correntes que cravavam uma taxa de crescimento ao redor de 1%.

Aliás, o aparecimento de uma estatística reconhecidamente mais favorável, mesmo que pontual, ensejou a formação de um ambiente de otimismo, nas hostes oficiais, principalmente no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda, que chegou a contagiar parcela substancial dos representantes da comunidade empresarial e dos segmentos formadores de opinião.

Tanto é assim, que o Ministro Guido Mantega recorreu a um exercício de anualização da variação do PIB para sentenciar que o pior já teria passado e que a economia do País estaria crescendo 6,1% se projetada para doze meses, sendo vencida, no ambiente global, nesse interregno, apenas pela China. No seminário *The Brazil Infrastructure Opportunity*, realizado em 25 de setembro de 2013, em Nova Iorque, pelo Grupo Bandeirantes, em parceria com o *Metro Jornal* e o banco americano Goldman Sachs, Mantega arredondou a conta para 6,5%. De seu turno, a Presidente Dilma, em discurso comemorativo do aniversário da independência, também fez questão de reiterar, de forma triunfalista, a natureza virtuosa do clima de negócios no Brasil.

É fácil notar que as autoridades e aqueles atores sociais permanentemente inclinados a alterações de diagnósticos e de posições ignoraram ao menos duas facetas relevantes contidas nas estimativas do PIB, que permitiriam relativizar o seu respectivo vigor. A primeira delas corresponde ao incremento estatístico verificado a partir de uma base de confronto deprimida do primeiro trimestre, quando houve acréscimo de apenas 0,6%. A segunda restrição repousa na concentração do dinamismo na cadeia produtiva baseada na agropecuária, apoiada na colheita recorde de grãos, nos preços internacionais dos alimentos 30% acima das médias históricas e no efeito renda da depreciação cambial de mais de 20%.

Mas o principal disfarce da retórica governamental diz respeito ao fato de os números aparentemente bons traduzirem um passado com exíguas chances de perpetuação. Isso porque, as pistas acerca do comportamento da economia para o terceiro trimestre são pouco animadoras, reproduzidas na despencada dos índices de confiança de empresários e consumidores para níveis semelhantes aos registrados no primeiro semestre de 2009, quando o País tentava sair da recessão, por ocasião do ápice da instabilidade global.

É interessante assinalar também o apreciável descompasso entre o aumento dos desembolsos e dos valores de solicitações de financiamentos, contabilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 65% e 6%, respectivamente, nos primeiros seis meses de 2013. Isso é especialmente preocupante se for levado em conta que menos de 70% das consultas se transformam em operações de crédito efetivas.

Para coroar o panorama pouco róseo, o próprio IBGE apurou queda de -2,0% da produção industrial brasileira no mês de julho de 2013, em confronto com junho, e pesquisas recentes, realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelam rápida subida dos estoques e redução do desejo de investimento do setor industrial.

Por uma observação estrutural, de acordo com o Relatório Global de Competitividade, realizado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF) – em parceria com a Fundação Dom Cabral e o Movimento Brasil Competitivo –, o Brasil caiu da 48.^a para a 56.^a posição, numa lista de 148 nações, entre 2012 e 2013, regressando à classificação ocupada em 2009, sendo ultrapassado por México, Costa Rica e África do Sul. O País recuou em onze dos doze itens considerados pelo WEF para a preparação do ranking, mantendo o 9.^o posto apenas em tamanho do mercado interno.

Só a título de exemplo, o custo logístico no Brasil equivale a 12% do PIB contra 8% do PIB nos Estados Unidos. Ademais, segundo estudo da consultoria McKinsey, a eliminação do déficit infraestrutural do País, e o respectivo alinhamento com a média mundial, exigiriam investimentos de mais de US\$ 1 trilhão. Mesmo que houvesse a duplicação dos aportes oficiais anuais no setor, tal atraso só poderia ser extirpado em pelo menos vinte anos.

Sem contar que recente trabalho preparado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) identificou vagarosa evolução da produtividade nacional, bastante inferior à média experimentada pelos mercados emergentes, na última década, período propício ao pleno aproveitamento da bonança externa – caracterizada pela elevação das cotações internacionais das commodities, interrompida com a compressão da velocidade de incremento da economia da China – e da abertura da janela demográfica, estágio de maior crescimento da força de trabalho vis a vis o contingente populacional total, com fecundidade em baixa e expectativa de vida em alta, e que deve perdurar, na melhor das hipóteses, por mais um decênio.

Na realidade, a decolagem econômica brasileira vem sendo obstruída pelos crescentes desequilíbrios nas contas externas, pela debilidade das finanças públicas, pela persistência de focos inflacionários domésticos, pela explosão do consumo alicerçada em crédito caro (que passou de 24,6% do PIB, em 2003, para 55,2% do PIB em junho de 2013) e pela ausência de um projeto consistente para a superação dos gargalos e o reforço da infraestrutura.

Essa última lacuna pode ser evidenciada pelo fracasso do primeiro leilão de rodovias, integrantes do Programa de Investimentos em Logística, realizado em setembro de 2013, e pela ausência, na inscrição para participação da concorrência na exploração do Campo de Libra – um dos maiores do pré-sal –, programada para outubro, das mais importantes companhias petrolíferas mundiais, particularmente as americanas Exxon Mobil e Chevron, as britânicas BP e BG e a Norueguesa Statoil, além do que somente 11 das 40 petrolíferas esperadas manifestaram interesse.

Nesse particular, é curioso notar que, no final do mês de setembro de 2013, enquanto a presidente Dilma e alguns componentes do seu staff procuravam vender, em Nova Iorque, as oportunidades de inversões em infraestrutura no Brasil, a uma plateia de 350 investidores potenciais, a revista britânica *The Economist* apresentou reportagem com o título *Has Brazil blown it?* – “O Brasil estragou tudo?”. Lembre-se de que, em novembro de 2009, o mesmo veículo produziu o material “O Brasil Decola”.

O fato mais preocupante corresponde à resistência do sistema à retomada sustentada do crescimento, ancorada na inovação e competição, vetores do capitalismo da terceira revolução industrial, em meio aos sucessivos pacotes de favores oficiais, distribuídos de forma improvisada pelas mãos das autoridades federais, para setores selecionados por critérios pouco transparentes, sendo o mais recente oferecido à aquisição de móveis e eletrodomésticos para aqueles inscritos no Programa Minha Casa Melhor.

Em face do caráter inevitável da normalização monetária nos EUA, que foi apenas adiada na reunião do Federal Reserve (FED), realizada em setembro de 2013 – que deve provocar rearranjos estruturais no mercado internacional de ativos financeiros, em detrimento da especulação como moedas e juros das nações emergentes – parece lícito admitir a necessidade de adoção urgente de maior rigor e disciplina para a correção na trajetória da inflação e dos déficits público e externo brasileiros.

Nesse caso, em vez de discursos de vitória antes da hora, valeria a sábia recomendação dos nossos avós: juízo e caldo ou canja de galinha não fazem mal a ninguém. Aliás, lamentavelmente, permanece absolutamente correto o diagnóstico acerca da autonomia de crescimento da economia brasileira bastante semelhante ao voo da mencionada ave.